Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 11 de Julho de 2007, foi autorizada a cessação do regime de horário acrescido a partir de 9 de Setembro de 2007 a Cláudia Susana Lele Malhão, enfermeira graduada.

Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 11 de Julho de 2007, foi autorizada a não prorrogação do regime de horário acrescido a partir de 30 de Junho de 2007 ao seguinte pessoal de enfermagem:

Ana Rita Costa Evaristo, enfermeira graduada.
Augusta Maria Soares Valadas, enfermeira graduada.
Daniel Emílio Rosendo Matias, enfermeiro graduado.
José Manuel Roadrigues, enfermeiro graduado.
Marília Branca Cruz Coelho, enfermeira graduada.
Sara Isabel Afonso Mendonça, enfermeira graduada.
Telma Maria Manau Sebinha, enfermeira graduada.

13 de Agosto de 2007. — Pelo Administrador Hospitalar, a Chefe de Repartição de Recursos Humanos, *Maria Noémia Rodrigues Sequeira Santos*.

Deliberação n.º 1778/2007

Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 28 de Junho de 2007, foi autorizada licença sem vencimento a Cristina Alexandra de Sousa Lage e Silva Teixeira, técnica especialista de anatomia patológica, citológica e tanatológica do quadro deste Hospital, ao abrigo dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, a partir de 1 de Setembro de 2007.

13 de Agosto de 2007. — Pelo Administrador Hospitalar, a Chefe da Repartição de Recursos Humanos, *Maria Noémia Rodrigues Sequeira Santos*.

Deliberação n.º 1779/2007

Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 8 de Agosto de 2007, foi autorizada a prorrogação do regime de horário acrescido ao técnico de diagnóstico e terapêutica Hermínio Dias Carrasqueira, dietista principal, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007, até à contratação de novo profissional.

13 de Agosto de 2007. — Pelo Administrador Hospitalar, a Chefe da Repartição de Recursos Humanos, *Maria Noémia Rodrigues Sequeira Santos*.

Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia

Deliberação n.º 1780/2007

Por deliberação do conselho de administração de 12 de Julho de 2007, foi autorizada a passagem à situação de licença sem vencimento pelo período de um ano a Júlia Maria dos Santos Sousa Martinho, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Hospital Nossa Senhora da Assunção — Seia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com início a 10 de Agosto de 2007.

21 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Eduardo Martins Alves da Silva*.

Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo

Despacho (extracto) n.º 20 364/2007

Por deliberação do conselho de administração de 2 de Agosto de 2007, após concurso, foi nomeada, por urgente conveniência de serviço, para lugar do quadro deste Hospital Rosa Maria Mendes Ferreira, assistente graduada de medicina interna da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal do Hospital de São Gonçalo, E. P. E., Amarante, iniciando funções em 16 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Luís Costa Catarino*.

Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde

Aviso n.º 16 541/2007

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, e no artigo 5.º do despacho n.º 17 743, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2006,

torna-se pública a abertura do processo de candidatura à realização da prova de comunicação médica.

1 — Da prova — a prova de comunicação médica visa avaliar, exclusivamente, a capacidade de compreensão e comunicação dos candidatos à prova de seriação de acesso ao internato médico, no âmbito do diálogo entre o médico e o doente.

2 — Local de realização da prova — a prova realiza-se nas sedes das Secções Regionais do Norte, do Centro e do Sul da Ordem dos Médicos e, no caso das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nas respectivas sedes distritais da Ordem (Ponta Delgada e Funchal).

3 — Data da realização da prova — a prova realiza-se durante o mês de Outubro, em data a divulgar no *sítio* da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., assim como nas Secções Regionais da Ordem dos Médicos, após o encerramento do período de inscrições.

4 — Requisitos de candidatura — devem candidatar-se a esta prova os médicos que obtiveram a licenciatura em universidades que não ministraram o ensino em língua portuguesa e que pretendam candidatar-se à prova de seriação de acesso ao internato médico.

5 — Da inscrição na prova:

5.1 — As inscrições devem ser efectuadas durante o mês de Setembro de 2007.

5.2 — As inscrições na prova deverão efectuar-se nos locais de realização da prova.

5.3 — As inscrições serão feitas mediante a apresentação de boletim de inscrição próprio, que pode ser previamente levantado nos locais de realização da prova.

5.4 — Do boletim de inscrição deverá constar:

- Identificação completa e nacionalidade do candidato;
- Morada e telefone;
- Universidade e data da licenciatura em Medicina ou equivalência.

5.5 — O boletim de inscrição deve ser acompanhado dos seguintes documentos, originais ou fotocópias:

- Bilhete de identidade;
- Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos.

6 — Das listas de candidatos:

6.1 — A documentação recebida será organizada em processos individuais, sendo a lista dos candidatos admitidos e excluídos afixada nos locais anteriormente referidos, com indicação dos fundamentos de exclusão.

7 — Da prova:

7.1 — A prova constará de duas partes, a primeira com a duração máxima de sessenta minutos e a segunda com a duração máxima de trinta minutos.

7.2 — A primeira parte é constituída por prova escrita baseada na visualização de um suporte multimédia, de acordo com o artigo 2.º do regulamento, realizada sem o recurso a quaisquer outros elementos, designadamente dicionários.

A segunda parte constará de uma entrevista aos candidatos pelo júri, durante a qual decorrerá uma discussão relativa à compreensão da história clínica do doente.

8 — Dos júris da prova:

8.1 — A realização da prova é da responsabilidade dos júris regionais de Lisboa, Porto e Coimbra e das secções distritais de Ponta Delgada e Funchal.

8.2 — Cada júri é constituído por um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes.

8.3 — Os júris regionais e distritais são coordenados por um júri nacional e de recurso, que tem a seguinte constituição:

Presidente — Manuel Jorge de Queiroz de Medeiros.
Vogais efectivos:

António José Murinello de Sousa Guerreiro.
José Ávila Rodrigues Costa.

Vogais suplentes:

José Maria da Silva Henriques.
João Pedro Pereira Gorjão Clara.

9 — Resultado da prova:

9.1 — Os candidatos são classificados em *Apto* e *Não apto*.

9.2 — Aos candidatos considerados *Aptos* é emitida certidão pela Ordem dos Médicos.

9.3 — Os candidatos que obtenham a classificação de *Não apto* não serão admitidos à prova de seriação para ingresso no internato médico.